

O ANTI/ALTERGLOBALISMO E O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DE NAIRÓBI: CONTESTAÇÃO E REDES TRANSNACIONAIS NA POLÍTICA MUNDIAL*

Carlos R. S. Milani

Introdução

A crise do pacto desenvolvimentista, a ruptura do padrão dólar-ouro, a gradual liberalização do comércio, a expansão das finanças internacionais, o final da Guerra Fria e a derrocada mundial do socialismo real são importantes fatos históricos que definem um novo ciclo de expansão do capitalismo internacional. De natureza nitidamente multidimensional, os processos de globalização referem-se ao campo econômico, mas também aos domínios cultural, social, político e ideológico, porquanto, como assinalam vários autores, a globalização vem-se constituindo enquanto campo político de disputas em torno de novos valores de sociedade e preferências individuais (Beck, 2003; Dollfus, 1997; Santos et al., 1994). As disputas versam sobre os modelos de desenvolvimento, as novas funções do Estado-nação na ordem internacional ou ainda sobre a orientação ideológica de um projeto político que busca submeter ao domínio exclusivo do mercado competitivo as distintas esferas da vida e das relações entre o ser humano e a natureza (Comeliau, 2000; Gosovic, 2000; Rist, 1996). Trata-se de um projeto político porque propala a visão normativa do Estado mínimo e prioriza a lógica de curto prazo dos mercados financeiros em detrimento dos processos democráticos e das políticas sociais (Fiori, 2005; Novaes, 2003)¹.

* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no Primeiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) realizado em Brasília em julho de 2007, na seção temática “Política Externa”, painel “Atores Transnacionais e Não-Governamentais, Contestação e Política Externa: os Diálogos Possíveis e os Conflitos Existentes”. Agradeço aos colegas da rede CNPq/Renato Arscher pelos comentários e críticas ao artigo original, sobretudo a Letícia Pinheiro (coordenadora da rede), bem como ao debatedor do painel, Carlos S. Arturi.

No âmbito desse processo de reorganização da economia e da política mundial, desenvolvem-se com maior intensidade e densidade as redes de ativismo político, as organizações não-estatais (econômicas e sociais) assim como os movimentos sociais transnacionais (Castells, 2003; Dupas, 2001; Khagram et al., 2002). Como afirmaram Della Porta e Tarrow (2005), há dois processos subjacentes à globalização: a internacionalização da política por meio da emergência de redes e atores transfronteiriços, assim como a integração econômica produzida pelo crescimento do comércio internacional, da mídia e das finanças. Paradoxalmente, a globalização reproduz, assim, desigualdades sociais e econômicas entre (e dentro dos) Estados e, concomitantemente, facilita a intercomunicação rápida e imediata (tempo) que escapa ao controle rígido do Estado-nação (território) na organização das ações coletivas; ela favorece a expressão da contestação transnacional criando estruturas de oportunidade e também circunstâncias políticas para a ação de movimentos anti/alterglobalização (Tarrow, 1998).

Neste artigo, analisa-se um dos atores da contestação política transnacional atual: o movimento anti/alterglobalista em torno do espaço-movimento do Fórum Social Mundial (FSM). Para tanto, parte-se do seguinte pressuposto: os movimentos sociais transnacionais e as redes de ativismo político são atores significativos da política mundial contemporânea, uma vez que constituem a expressão de um novo sujeito social mais complexo (não somente fundado na idéia de nação ou de classe social), liberto de soberania e organizado em redes transnacionais *des-reterritorializadas*. O objeto empírico da argumentação está focado na última edição do FSM, realizada em Nairóbi em janeiro de 2007.

1. Nairóbi e a “mundialização” do Fórum

Movimentos sociais e diversas redes transnacionais de protesto vêm, desde a organização do *The Other Economic Summit* em junho de 1984 (paralelo ao G-7 de Londres), construindo um enquadramento (*framing*) de suas estratégias de luta e seus discursos em prol de uma globalização alternativa. Durante os anos 1990, organizam protestos de rua, criam foros de discussão na Internet, desenvolvem observatórios de pesquisa e monitoramento das agências internacionais e das corporações transnacionais, mas também fazem manifestações contra a globalização hegemônica em

encontros paralelos às grandes conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) – Rio-92, Pequim, Istambul, Copenhague, entre outros – e às reuniões das organizações consideradas como os pilares do ordenamento econômico, comercial e financeiro internacional – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC). Passam a denunciar o que eles próprios identificam – inspirados por um editorial de Ignacio Ramonet publicado no *Le Monde Diplomatique* – como o pensamento único (*pensée unique*) da globalização.

Os movimentos anti/alterglobalização criam, pouco a pouco, suas próprias estruturas de oportunidade política, mormente a partir da organização da primeira edição do FSM em Porto Alegre (em 2001): pautam novos temas da agenda internacional, mobilizam grupos sociais levando centenas de pessoas às ruas, modificam o entendimento do que são os interesses públicos e as identidades do sujeito individual e coletivo. Continuam utilizando um repertório moderno de ações típicas dos movimentos sociais (manifestações de rua, petições), mas apresentam pelo menos três inovações estratégicas importantes: seguindo a tradição dos movimentos de 1968, suas ações devem ser um *happening* e constituir um evento midiático; a *contra-expertise* (relatórios, mídia independente, reuniões paralelas) é para eles um instrumento de luta política; incluem em seu *modus operandi* ações de desobediência civil (Dufour, 2005). Desenvolvem ideários de contestação em torno da crítica, resistência, denúncia, ação direta e ativismo militante, mas sobretudo buscam identificar as convergências possíveis entre as diversas redes, lutas e organizações heterogêneas que constituem o FSM. As bandeiras políticas e culturais de transformação social que tais movimentos propõem situam-se também no nível dos símbolos e das mentalidades, movendo-se de um mundo sem alternativas (na conhecida equação *There is no Alternative*, de Margaret Thatcher) ao *slogan* do “outro mundo possível”. O FSM deseja construir inúmeros mundos possíveis, negando-se a adotar uma epistemologia positivista, unicista e homogeneizadora na definição das alternativas desejadas (Sousa Santos, 2005). Considerada pelos seus adversários como uma de suas maiores fraquezas, a bandeira política de “um não, mas muitos sins”, de fato, encontra-se na base dos valores pluralistas do Fórum Social (Kingsnorth, 2006). O ponto 9 da Carta de Princípios do FSM afirma que o Fórum será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos

e atuações; o Fórum conviverá com contradições e será sempre marcado pelo conflito de opiniões entre as entidades e movimentos que se colocam no seu marco. Já os pontos 1 e 8 da mesma Carta de Princípios apresentam o FSM como um espaço aberto de encontro, plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário.

Nairóbi, a sétima edição do FSM, representou um marco importante nesse processo.² Segundo o comitê organizador, o FSM de Nairóbi (20 a 25 de janeiro de 2007) contou com a presença de cerca de 46 mil participantes oficialmente inscritos, sendo que as principais delegações eram originárias da Índia (1500), da França (1000), dos Estados Unidos (600), do Brasil (400), da Itália (400), da Espanha (380) e do Paquistão (150). Representantes sindicais (*World Confederation of Labour*) e institucionais (por exemplo, Luiz Dulci, do Brasil, e Kenneth Kaunda, ex-presidente da Zâmbia) também se fizeram presentes; no caso do governo brasileiro, é interessante notar que o *stand* apresentava os resultados e êxitos das políticas sociais no Brasil – o que denota o sentido de oportunidade política que pode representar o espaço do FSM para as lideranças políticas e partidárias.

Nairóbi significou a abertura do FSM à África, possibilitando pensar o continente africano dentro da globalização e permitindo conceber a África como uma de suas periferias. No público, havia grande quantidade de crianças, uma forte presença de movimentos de mulheres e de religiosos (católicos e protestantes), além de manifestantes defendendo a educação preventiva em matéria de doenças sexualmente transmissíveis (DSTS) ou posicionando-se contra a circuncisão feminina e as diferentes formas de opressão da mulher. Paradoxalmente, também estavam presentes organizações religiosas muçulmanas que defendiam a poligamia masculina e, nos casos das igrejas neopentecostais, posicionavam-se contra o aborto. Segundo alguns participantes do FSM, esta teria sido a primeira vez em que organizações presentes advogaram a favor de valores nitidamente conservadores. Salientou-se, ademais, a participação dos refugiados da região dos Grandes Lagos e organizações mobilizadas em torno da temática da água. No rol das anedotas, uma manifestante trazia cartazes com a inscrição “*Americans: Your Dream is Our Nightmare*”. Nairóbi consolidou, após a edição de Mumbai em 2004 e os foros descentralizados de 2006 (Bamako, Karachi e Caracas), a dinâmica de mundialização do Fórum.³

É bem verdade que Nairóbi representou, do ponto de vista quantitativo, um decréscimo de participação, conforme o quadro a seguir. No entanto, não se pode negligenciar a dificuldade que representa em termos de infra-estrutura (custos, ligações aéreas, rede hoteleira) a organização de quaisquer eventos em um continente sub-sahariano em que as organizações da sociedade civil são ainda muito frágeis ou incipientes ou onde o contexto econômico é marcado pela privatização do Estado e a ausência de recursos para eventos públicos dessa natureza. No caso de Nairóbi, apesar dos preços diferenciados cobrados para as inscrições (Europa U\$ 80,00; América Latina U\$ 27,00; África U\$ 7,00), houve forte déficit orçamentário confirmado pelos organizadores (em torno de 780 mil dólares), o que já havia ocorrido em outras edições do Fórum. Quando da quinta edição do FSM (Porto Alegre), por exemplo, a ausência do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo local repercutiu na frágil sustentabilidade financeira do evento, gerando um paradoxo político importante. O FSM não aceita a participação em suas instâncias de um público partidário, mas pode ser patrocinado por partidos (pelo PT no Brasil, por exemplo).

Quadro 1

A evolução do processo do Fórum Social Mundial

Edições do Fórum ►	2001	2002	2003	2005	2007
Países	117	131	Brasil, Itália, Argentina, França, EUA, aumento da presença africana	—	Índia, França, EUA, Itália, Brasil, África do Leste
Delegados de Organizações e Movimentos	4.702	13.000	21.000	Mais de 2.000 organizações e movimentos (Fórum dos Sindicatos, dos Parlamentares, das Autoridades Locais)	Presença marcante de sindicatos. Menor visibilidade de intelectuais
Participantes inscritos	16.000	60.000	100.000	155.000	46.000
Seminários e oficinas	408	846	1.400	1.500	1.300
Jornalistas	1.870	3.000	4.000	—	2.000

Fonte: Entrevistas e dados coletados no website do FSM.

Da mesma forma, em Nairóbi, denunciou-se uma excessiva comercialização dentro dos espaços físicos do FSM (voluntários remunerados, preços da alimentação, taxa de entrada no estádio, programas turísticos de safári, excesso de *souvenirs* e camisetas do FSM). Porém, o problema político maior foi causado pelo patrocínio obtido junto a uma multinacional da área das telecomunicações (CETEL). Os organizadores do comitê local queniano responderam que o Fórum não teria sido viável sem este patrocínio, mas restou a perplexidade de muitos participantes em função dos princípios defendidos na Carta do Fórum: o ponto 1 da Carta afirma a delimitação política do FSM como espaço de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao domínio do mundo pelo capital. Finalmente, além das reclamações relativas à organização do Fórum (local distante do centro, problemas de transporte, insuficiente sinalização das oficinas, tradução), salientou-se também a pouca visibilidade que ele obteve na imprensa internacional.

2. O Fórum Social Mundial: um espaço-movimento transitório ou um novo ator-em-rede da política mundial contemporânea?

Nairóbi reforçou o desafio, para os movimentos e redes do FSM, de confrontar-se com o dilema entre permanecer um espaço-movimento plural em termos de organizações e movimentos integrantes, de um lado, e manter sua coesão interna com base em sua Carta de Princípios, de outro. Uma das muitas questões ainda não resolvidas concerne à perenidade e à sustentabilidade de sua estratégia política fundada no pluralismo de um espaço aberto (Wallerstein, 2004). As dificuldades vividas pelo FSM em 2005, quando um grupo de intelectuais lançou o “Manifesto de Porto Alegre” enquanto contra-proposta do FSM ao Consenso de Washington, ilustra os constrangimentos que enfrenta este espaço-movimento ao declarar-se um espaço não-deliberativo e propositivo.⁴ Como pensar a filosofia de um espaço aberto do qual se cobra também a produção de resultados políticos que dialoguem com o processo decisório das instâncias representativas nacionais e internacionais? Que propostas podem integrar o conjunto de visões e projetos de um “outro mundo possível”? Pode-se considerar o FSM como um espaço-movimento transitório ou deve-se

pensá-lo enquanto novo ator-em-rede em emergência? A seguir, busca-se construir respostas a essas questões à luz de dois eixos analíticos principais: o FSM enquanto comunidade de práticas que enfrenta os desafios de uma nova cultura da política (*culture of politics*); e o dilema da construção de uma identidade altermundialista *vis-à-vis* o processo de expansão global do FSM (Milani e Laniado, 2006).

2.1. O FSM enquanto comunidade de práticas sociais e de uma nova cultura da política

Enquanto comunidade de práticas sociais e processo político, o FSM pode ser considerado como uma parte integrante de um movimento mais amplo de luta por ideais de justiça social global comumente chamado de “alterglobalista”. A transição fundamental de uma postura antiglobalização na construção das bandeiras alterglobalistas não foi nada simples e ocorreu no seio do movimento em 2002, meses após os ataques de 11 de setembro. As raízes do movimento encontram-se na passagem dos anos 1980 e 1990, sobretudo com a emergência do Exército Zapatista de Libertação Nacional no México, considerado por Holloway (2003) como a primeira insurreição contra o modelo de globalização neoliberal. Os Zapatistas afirmaram sua rejeição ao neoliberalismo, tendo decidido fundamentar o seu movimento na denúncia dos efeitos perversos dos acordos comerciais e de propriedade intelectual sobre as culturas locais. A ação política iniciou-se em 1996, quando celebraram o primeiro encontro intercontinental contra o neoliberalismo e lançaram um chamado à criação de uma rede mundial de resistência (Le Bot, 2003).

Desde o final dos anos 1990, os movimentos de protesto vinham organizando mobilizações sob a forma de foros paralelos e assembléias (*counter-summits*) em Seattle, Praga, Nice e durante o “Outro Davos”. O lócus da contestação ainda era o lugar dos atores identificados como os promotores da globalização neoliberal: as reuniões do G-8, as assembléias do Banco Mundial e do FMI, as reuniões ministeriais da OMC. A organização do FSM de Porto Alegre em janeiro de 2001 representou o início do processo de construção de um novo lócus da contestação, um espaço-movimento

próprio e não mais o lugar do outro. Em 1999, os protestos de Seattle foram marcados por manifestações contínuas entre 30 de novembro e 3 de dezembro, contando com a participação de mais de 350 organizações diante da OMC e, na fala dos integrantes do movimento, dos interesses comerciais por ela representados. Seattle não pretendia ser um evento isolado, mas parte de um processo mais abrangente, estabelecendo articulações que reforçassem o papel das sociedades civis nacionais nos processos decisórios globais (Coburn, 2003).

Uma das muitas questões que as manifestações de Seattle, Praga, Nice e as edições do FSM motivaram diz respeito à organização do protesto enquanto prática social de construção de uma comunidade de interesses e de responsabilidade, retomando a idéia de *bounded communities* de Linklater (1996). Lideranças dos movimentos sociais criaram o hábito de encontrar-se e de organizar reuniões estratégicas a fim de discutir os calendários das mobilizações (em prol dos direitos humanos, protestos pacifistas e antiimperialistas, entre outros) e as articulações necessárias entre o Norte e o Sul. O papel desempenhado pelo Fórum Internacional da Globalização foi central nesse sentido: este fórum se definiu como uma aliança entre cientistas (sobretudo economistas) e ativistas cujo objetivo principal era integrar e liderar protestos contra a economia neoliberal.⁵ Debates em alianças tais como este Fórum fundaram-se em quatro campanhas principais: o perdão das dívidas dos países subdesenvolvidos, a reforma das instituições financeiras internacionais, a taxação de fluxos de capital e o estabelecimento de novas regras para o comércio mundial com base do desenvolvimento sustentável. Cada qual dessas quatro temáticas foi concebida em um conjunto de redes e planos de ação. Ainda que a campanha sobre a regulação do comércio internacional tenha sido inicialmente menos organizada, militantes da ONG Amigos da Terra, da Via Campesina (criada em 1994) e de associações de consumidores aproveitaram da denúncia e da não-adoção do Acordo Multilateral de Investimentos (negociado no seio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE) em 1998 a fim de tornar pública a preocupação com temas relativos à segurança alimentar, organismos transgênicos e proteção do meio ambiente. Ademais, deram início a outro tipo de combate político ao condenar a excessiva proteção dada aos

investimentos de corporações transnacionais por meio da cláusula proteção contra a expropriação de capital.⁶

É bem verdade que as múltiplas organizações e movimentos dentro do FSM rapidamente se confrontaram com a dificuldade de um posicionamento comum e a formulação de propostas coerentes para uma globalização alternativa. O caráter não-deliberativo e a pluralidade de vozes e visões no interior do FSM impedem um posicionamento uníssono, salvo em dois pontos: o antineoliberalismo e antiimperialismo. A cultura política do Fórum se fundamenta na pluralidade e na idéia de espaço aberto. Como alertam Keraghel e Sen (2005), “*when it calls itself social, the Forum is fundamentally a political idea and promotes a specific vocabulary, grammar, and culture of politics; the Forum represents an experiment of social practices aiming at a cultural change in the way politics is conceived of and lived*”. O Fórum também é visto como uma “*jam session*”, em que a política e a incerteza se complementam sem buscarem atingir a perfeita harmonização formal das práticas das instituições representativas (Osterweil, 2004; Wainwright, 2004). O Fórum se bate assim contra a idéia de uniformidade cultural por meio de práticas inclusivas em relação à diversidade (Pleyers, 2004). A política está além das regras formais, e também se manifesta na experiência, nos ideários e nos valores. Neste caso, vale lembrar Alvarez *et alli* (1998) que afirmam que

culture is political because meanings are constitutive of processes that, implicitly or explicitly, seek to redefine social power. That is, when movements deploy alternative conceptions of woman, nature, race, economy, democracy or citizenship which unsettle dominant cultural meanings, they enact a cultural politics (1998: 7).

2.2. Construção de identidades plurais e mundialização do espaço-movimento

O FSM tornou-se o espaço próprio onde os movimentos alterglobalistas podem expressar suas visões, intercambiar e programar estratégias na construção dos mundos possíveis por eles vislumbrados. Pode ser considerado como um espaço cultural e político em que movimentos

sociais transnacionais e redes de ativismo político definem alternativas (econômicas, culturais, comerciais) à globalização hegemônica; trata-se de uma plataforma de debate aberto e horizontal ou, como sugerem Fisher e Ponniah (2003), “*a pedagogical space enabling learning, networking and political organisation*”. A idéia de pedagogia política é parte integrante da construção da identidade plural do Fórum, mas a construção de núcleos de convergência em torno das solidariedades transnacionais é constantemente desafiada pela necessidade de atrair novas organizações de diferentes contextos históricos e geográficos, como demonstraram os foros descentralizados de Bamako, Caracas e Karachi. (Rojo *et alii*, 2004; Wallerstein, 2004).

A luta por mudanças nos valores de cultura política e na política enquanto tal abrange tanto os dados da subjetividade como os da objetividade. Ademais, a reformulação do campo político a partir das contribuições do FSM e suas redes contesta a visão tradicional predominante da política como fundamentalmente uma dinâmica normativa e institucional; desta forma, é possível projetar a política para um campo multiforme que confronta (propõe mudanças radicais) e, ao mesmo tempo, dialoga com a perspectiva normativa (igualdade de oportunidades em todas as unidades dos sistemas sociais), mas não considera a política institucional o único lócus da política propriamente dita. Espaços difusos e abrangentes como aqueles formados por movimentos sociais transnacionais, descentralizados e plurais, são hoje referências básicas para o entendimento de uma outra política, que se refere a atores constituídos e atuantes de forma diferente daqueles da política do Estado e do parlamento, do sistema jurídico regulado pelos interesses de classe e grupos organizados ou mesmo das formas de representação dos direitos políticos na democracia liberal.

Não há dúvidas de que a expansão das novas modalidades de ação coletiva para uma escala transnacional contribuiu para promover e evidenciar um novo sentido da política em termos da produção de significados, da configuração de atores e da ação política propriamente dita. Os movimentos sociais transnacionais são os agentes e entidades mais emblemáticos desse novo sentido da política em um mundo globalizado. Permitem identificar os conteúdos propostos por atores de múltiplas origens e identidades que se situam em espaços fluidos ou localizados-por

meio de fatos, eventos e estruturas organizacionais diversas, caracterizando redes de ação coletiva em escala ampla, difusa, abrangente e permeável. No entanto, permanecem as tensões que se engendram entre abordagens mais reformistas – por exemplo, organizações não-governamentais (ONGs) que dialogam com a ONU no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e que fizeram parte da Cúpula do Milênio em maio de 2000 – e movimentos mais radicais – por exemplo, os que demandam o fim das instituições de Bretton Woods. O que resultará dessa tensão interna e se ela se dissipará não está ainda muito claro na análise das estratégias dos atores presentes no âmbito do FSM (Fougier, 2002).

Epílogo: repensando o significado e a relevância das relações transnacionais na política mundial

Neste artigo, a partir de um olhar crítico sobre os atores da contestação política, salientamos que três aspectos fundamentais caracterizam o sistema-mundo contemporâneo⁷: os processos de globalização, a aceleração do desenvolvimento de atores e relações transnacionais⁸ e a dimensão reticular de suas formas de organização. A globalização é um conceito bastante aberto em termos dos elementos do seu conteúdo ou mesmo de sua precisão em relação à sua aplicabilidade. Para Therborn (2000), inclui argumentos acadêmicos, ideológicos ou mesmo midiáticos e volta-se, quase sempre, para cinco focos alternativos: 1) a intensificação da competição econômica; 2) uma percepção sócio-crítica de suas conseqüências sociais; 3) a impotência do Estado face aos avanços de uma economia globalizada; 4) os fluxos transnacionais de cultura, e, por fim, 5) incorpora um discurso sobre ecologia planetária e seus ecossistemas. O impacto da globalização sobre a conduta dos atores cria, hoje, uma diferenciação entre vencedores e perdedores, porquanto o espaço social dos indivíduos se torna demarcado por dois ângulos: altera diretamente o seu lugar no sistema mundial e abre canais para a sua ‘circulação’ pelo resto do mundo. Oportunidades, conexões, informações, mobilidade, entre outros, subvertem os valores e códigos normativos típicos da modernização capitalista fundada no território do Estado nacional. Para o autor, as elites econômicas tendem, no geral, a ganhar, porque melhoram sua situação

nos negócios através do acesso a oportunidades, tecnologia internacional, interação e apoio de organismos internacionais.

Observando os processos da globalização em relação às possibilidades analíticas que oferecem, Bartelson (2000) orienta a discussão para o significado e a funcionalidade do conceito. Para o autor, o termo é ambíguo, por vezes dotado de opacidade, gerando imprecisão nos debates sobre os seus limites e contornos. No geral, toma-se como ponto de partida que a teorização sobre a globalização superaria as teorias centradas no poder ou no Estado, produzindo uma aceitabilidade factual sobre os fenômenos que descreve, como processos que ocorrem em algum lugar “lá fora” (*out there*). Quais seriam os fundamentos da constituição deste nível do “global”? Tal nível oferece algumas diretrizes analíticas já percorridas por outras vertentes teóricas?

Bartelson (2000) sugere perseguir a evolução do conceito para apreender o que ele tem significado e o que ele tem implicado ao longo de sua utilização. Para tal, analisa o seu desenvolvimento ontológico percebido como uma sucessão lógica de diferentes conotações que descrevem trajetórias históricas em diferentes contextos teóricos. Como ponto de partida, assume que o próprio conceito não deve ser abordado como expressão de um processo de mudança já manifesto, mas deve ser entendido como um “veículo” (um artefato teórico) para as mudanças que ele retrata como manifestas, descrevendo tanto experiências como expectativas de ocorrências. Teoricamente, portanto, teria o estatuto de um conceito intermediário, que possibilita mudanças teóricas nas teorias clássicas já estabelecidas. Deste modo, a globalização descreveria três dimensões da dinâmica dos sistemas mundiais contemporâneos: transferência (intensificação das trocas), transformação (mudanças nos sistemas e nas identidades de suas unidades constitutivas) e transcendência (diluição das fronteiras de inclusão ou exclusão).

A intensificação das trocas (transferências econômicas ou simbólicas) é talvez o aspecto mais difundido nas análises sobre a globalização e é caracterizada por um movimento de dentro para fora (*inside out*) das unidades participantes (Estados-nação). A segunda dimensão, a transformação, caracteriza uma dinâmica que ocorre por cima das unidades dos sistemas, marcada pela interação entre sistemas e setores;

descreve um movimento multidimensional de fora para dentro (*outside in*), em que definições econômicas e políticas são tomadas num jogo de intersecção que não se restringe às unidades do sistema, relativizando a soberania dos Estados-nação. Finalmente, a dimensão de transcendência da globalização, em última instância, des-espacializa e des-temporaliza as práticas humanas, as condições de produção do conhecimento, caracterizando uma dinâmica própria, irreduzível a causas singulares do sistema ou de suas unidades; um mundo em que a relação dos objetos é gradualmente dominada pelos seus signos (informação, por exemplo), subvertendo a ordem constituída dos Estados e da produção de sua identidade, re-territorializando identidades, solidariedades e sistemas de autoridade (Haesbaert, 2006). Isso afeta a própria estruturação da referência do Estado, da nação, da soberania e da sociedade como um conjunto de normas, valores e culturas, herdados e reproduzidos e, paradoxalmente, continuamente modificados.

Do ponto de vista adotado neste artigo, entende-se que a esta análise sistêmica da globalização é necessário incorporar as dimensões das relações de poder e dos conflitos aí envolvidas. Afinal de contas, o redirecionamento econômico global afeta diretamente a organização do sistema mundial, sobretudo no que tange à emancipação cada vez mais marcante dos atores transnacionais. Por conseguinte, as mudanças no nível do sistema-mundo dizem respeito, também, à forma como se organizam e se posicionam os atores, movimentos, organizações. Nos anos 1950 e 1960, foram os funcionalistas (David Mitrany, Ernst Haas) que, no seio da disciplina das Relações Internacionais, iniciaram as reflexões sobre o papel das coalizões de interesses entre indivíduos pertencentes a países diferentes (com percepções e necessidades comuns). Nos anos 1970, Keohane e Nye (1972) definiram as relações transnacionais como o conjunto de contatos, coalizões e interações através das fronteiras nacionais que não são controladas pelos ministérios responsáveis pela política exterior nos respectivos países; privilegiaram atores de natureza bastante variada, incluindo empresas multinacionais, movimentos revolucionários, a Igreja Católica, sindicatos, redes de cientistas, transportes aéreos, entre outros.

A ruptura nos estudos sobre a transnacionalização de movimentos e organizações se dá com a aparição da obra de Rosenau em 1990: haveria

um mundo multicentrado autônomo e em competição com o mundo estado-cêntrico, no qual ocorrem inúmeras transformações de caráter micro-sociológico fundamentais para entender os transnacionalismos (enfraquecimento das lealdades nacionais, retomada de identidades no nível infranacional, fragmentação comunitária, desenvolvimento de diplomacias privadas). Os indivíduos contemporâneos são, para Rosenau (1990), melhor informados e capacitados para pensar e agir sobre a política mundial (*skillfull individuals*); eles têm uma base de lealdade territorializada (são cidadãos de um Estado), mas desenvolvem múltiplas formas de subordinação social des-reterritorializadas (ecologistas, humanitárias, feministas, redes de direitos humanos, etc.). Aqui, caberia um paralelo com o pensamento de Elias (1991): para o sociólogo alemão, a integração eventual de indivíduos a formas de organização social que ultrapassam as fronteiras nacionais não deriva de convicções ou da boa vontade individuais, mas traduzem uma configuração de cadeias de interdependência entre eles.

A literatura especializada tende a consagrar as redes como forma de organização por excelência dos transnacionalismos (Castells, 1998; Colonomos, 1995). Já em 1972, Burton (1972) propôs o modelo da teia de aranha (*cobweb model*) a fim de ilustrar as interações planetárias. O que nos anos 1970 parecia novidade será descrito por Castells (1998) como a nova morfologia social: as redes seriam para ele a nova morfologia das sociedades contemporâneas e a difusão das lógicas reticulares determina amplamente os processos de produção, experiência, poder e cultura. A rede corresponderia a um conjunto de nós interconectados e interligados, seguindo objetivos comuns, fortalecendo-se mutuamente (reciprocidade, valor do elo), podendo multiplicar-se em novas unidades. São exemplos clássicos os mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares na rede de fluxos financeiros globais; também ilustram essa categoria de análise os campos de coca e papoula, os laboratórios clandestinos, os postos de armazenamento, de venda e comércio da rede de narcotráfico. Há um aspecto importante a notar: qual seria o centro de poder da rede? Para Castells (1998), as redes são flexíveis e regidas por mecanismos de auto-regulação, mas isso não significa que não haja nelas hierarquias. São fundamentos e paradigmas das redes a intencionalidade

(declaração de intenções); valores e objetivos compartilhados (objetivos e valores comuns que interconectam ações e projetos); colaboração (troca entre integrantes); multiliderança e horizontalidade (autoridade com origem em muitas fontes); conectividade (costura dinâmica de muitos pontos); realimentação e informação (circulação não linear); descentralização (capilarização dos centros, autonomização dos nós); e dinamismo (flexibilidade, estrutura plástica, adaptabilidade).

No caso das redes transnacionais, são construídos espaços políticos ampliados que transcendem as fronteiras do Estado-nação (Colonomos, 1995). As redes transnacionais seriam formas de organização social de baixa institucionalidade associando indivíduos e grupos em um raio de intercâmbios e obrigações recíprocas cujas dinâmicas visam a desenvolver e consolidar ações coletivas nas esferas sociais, políticas e econômicas em escala transnacional. Às trocas e conexões – duas palavras-chave da organização reticulares – devem ser acrescentados, no caso das redes transnacionais, os seguintes aspectos: a-territorialidade e trans-escala (outro território), abertura (sem fronteira), multifuncionalidade, flexibilidade (conversão de um espaço a outro recursos, valores e logística) e adaptabilidade (por exemplo, redes de solidariedade religiosa que também prestam serviços de assistência social e dão suporte a projetos políticos), relações de poder (os nós da rede não são desprovidos de interesse e paixão) (Colonomos, 1995).

Nesta abordagem, a escala transnacional corresponde, assim, a um *continuum* territorial do local ao global que redefine a identidade, a estratégia e os recursos das organizações-em-rede. Da mesma forma que o capital transnacionalizado induz mudanças sistêmicas no regime de acumulação (que, gradativamente, passa de nacional e internacional a um regime global de acumulação), as redes, organizações, movimentos e agentes da sociedade civil tendem a organizar-se e constituir-se transnacionalmente. Ainda que haja diferenças quanto à ordem desejada, à qualidade da participação democrática em ações coletivas e aos processos decisórios, as organizações da sociedade civil que atuam na contestação ao sistema-mundo econômico e político vigente definem um consenso mínimo em suas plataformas de ação. Este consenso dá-se a partir da necessidade de articular os interesses e objetivos de tantas organizações com perfis

heterogêneos no plano mundial (Milani e Laniado, 2006). A clássica noção de laços fracos de Granovetter (1973) muito corrobora a compreensão do papel das redes transnacionais na ordem política contemporânea, uma vez que o comportamento dos indivíduos e dos grupos não pode ser pensado exclusivamente em função dos “laços fortes” (nação-pátria, instituições) que tendem a criar zonas de circulação fechada, mas sim em termos de “laços fracos” que permitem a construção de pontes e passagens entre diferentes espaços de relações sociais (meio ambiente, direitos humanos, solidariedade internacional, contestação antiglobalização).⁹

Da natureza dessas redes transnacionais decorrem grandes dificuldades que têm as autoridades governamentais e os regimes internacionais de controlá-las, cooperar com elas ou de combater seus efeitos (por exemplo, no caso de redes criminosas de tráfico de armamentos, drogas, seres humanos). Redes de movimentos sociais transnacionais podem ameaçar a segurança dos Estados nacionais (islamismo fundamentalista, por exemplo), constituindo-se em fontes novas de conflitos interestatais; interagem com estruturas domésticas (instituições, relações Estado-sociedade, cultura política), têm acesso ao espaço público de debates e, em alguns casos, impacto político na agenda de organizações intergovernamentais (Risse-Kappen, 1995; Devin, 2004). A globalização e os transnacionalismos colocam em xeque, além da soberania e da autoridade do Estado, a própria noção de território nacional: ele é contestado por identidades infranacionais, processos de integração regional, mas também pelo direito comunitário (Badie, 1995). É bem verdade que ainda existem conflitos territoriais clássicos.¹⁰ Afinal de contas, o território é um dos componentes essenciais da realidade material do Estado nacional e de sua soberania delimitada pelas fronteiras. É no território que o Estado exerce sua jurisdição, e é por meio dele que as comunidades políticas da modernidade se diferenciam. No entanto, o que os movimentos sociais transnacionais e as organizações em rede revelam de modo muito particular é a necessidade de re-contextualizar a política contemporânea na qual o nítido recorte moderno entre política doméstica e política exterior, alta e baixa política (*high politics* e *low politics*), *hard power* e *soft power*, entre outras dicotomias clássicas no estudo das relações internacionais, tende a relativizar-se e ser desconstruído (Milani e Laniado, 2006).

Notas

- 1 Este artigo resume alguns argumentos publicados em dois artigos anteriores: Milani e Keraghel (2007) e Milani e Laniado (2006).
- 2 As edições anteriores do FSM foram as seguintes: em Porto Alegre (2001, 2002, 2003 e 2005), em Mumbai (2004) e a edição dos foros descentralizados e concomitantes em Caracas, Bamako e Karachi (2006).
- 3 As informações acerca de Nairóbi aqui apresentadas baseiam-se em entrevistas realizadas em fevereiro e julho de 2007 com Germán Solinís (UNESCO, França) e Henryane de Chaponay (CREDAL, França), bem como na análise de documentos disponíveis na Internet e publicados pelos organizadores do evento (entre outros, o documento “*Bref Compte Rendu de la Réunion du Conseil International du FSM – Nairobi, 26 et 27 janvier 2007*”).
- 4 O Manifesto de Porto Alegre, intitulado *Twelve Proposals for Another Better World* (incluindo a redução da dívida externa, a taxação de fluxos financeiros de curto prazo, o fim dos paraísos fiscais, uma profunda reforma da ONU, etc.), foi assinado por 19 intelectuais de renome internacional (*inter alia*, José Saramago, Adolfo Pérez Esquivel, Ignacio Ramonet, Emir Sader, Boaventura de Sousa Santos, Aminata Traoré – a única mulher, Eduardo Galeano, Ricardo Petrella, Tariq Ali, Walden Bello e Immanuel Wallerstein). Deste manifesto resultou um conflito aberto com o Conselho Internacional do Fórum, porquanto, segundo a Carta de Princípios, não é possível fazer propostas em nome do FSM (6º princípio, que afirma o caráter não deliberativo do Fórum) O Manifesto não fora discutido com o Conselho Internacional antes de seu lançamento, que repercutiu na mídia internacional e independente.
- 5 A lista de indivíduos inclui, *inter alia*, Maude Barlow do *Council of Canadians*, Vandana Shiva do *Research Foundation for Science, Technology and Ecology*, Walden Bello do *Focus on the Global South* e Martin Khor do *Third World Network*.
- 6 Por exemplo, no âmbito do Artigo 11 do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement*, NAFTA).
- 7 A noção de sistema-mundo é aqui tratada enquanto construto social, diretamente compatível com a perspectiva analítica relacional e que privilegia o “conhecimento” como construção da realidade social.
- 8 As relações transnacionais são aqui definidas, seguindo Risse-Kappen (1995), como interações de caráter regular e contínuo através das fronteiras nacionais quando pelo menos um dos atores envolvidos é um agente não-estatal ou cuja ação não se dá em nome de um governo nacional ou de uma organização intergovernamental.
- 9 Mark Granovetter havia estabelecido quatro critérios para medir a intensidade dos laços dentro de uma rede de relações sociais: a duração da relação, a intensidade emocional, a intimidade e a reciprocidade (Granovetter, 1973). Um quinto critério foi adicionado por Degenne e Forsé (1994): a pluralidade dos conteúdos do intercâmbio.
- 10 A crise entre a Espanha e o Marrocos, em 2002, acerca da ilha de Perejil (situada no estreito de Gibraltar a aproximadamente 200 metros da costa marroquina e uns 8 km da cidade espanhola de Ceuta) ilustra bem a permanência de conflitos territoriais de

tipo tradicional. Tropas do Marrocos chegaram à ilha em 2002 e foram posteriormente retiradas pelos espanhóis. Não existe nenhum acordo bilateral ou multilateral acerca de que Estado exerce a soberania sobre essa ilha.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (eds.) (1998), *Cultures of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*. Boulder, Westview Press.
- BADIE, Bertrand. (1995), *La Fin des Territoires – Essai sur le Désordre International et sur l’Utilité Sociale du Respect*. Paris, Fayard.
- BARTELSON, Jens (2000), “Three Concepts of Globalization”. *International Sociology* [Journal of the International Sociological Association], vol. 15, nº 2.
- BECK, Ulrich. (2003). *Pouvoir et Contre-pouvoir à l’Ère de la Mondialisation*. Paris, Flammarion.
- BURTON, John (1972), *World Society*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CASTELLS, Manuel (1998), *La Société en Réseaux*. Paris, Fayard.
- COBURN, Elaine (2003), “La Bataille de Seattle. In Michel Wieviorka”, in *Un Autre Monde... Contestations, Dérives et Surprises de l’Antimondialisation*. Paris, Balland.
- COLONOMOS, Ariel (1995), *Sociologie des Réseaux Transnationaux*. Paris, L’Harmattan.
- COMELIAU, Christian (2000), “Le Postulat de la Croissance Indéfinie”. *Revue internationale des sciences sociales*, nº 166, dezembro, pp. 519-528.
- DELLA PORTA, Donatella e TARROW, Sidney (2005), “Transnational Processes and Social Activism: An Introduction”, in Donatella Della Porta and Sidney Tarrow (eds.). *Transnational Protest and Global Activism*. New York/Toronto/Oxford, Rowman and Littlefield Publishers.
- DEVIN, Guillaume (org.) (2004), *Les Solidarités Transnationales*. Paris, L’Harmattan.
- DINIZ, Eli (2000). *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- DOLLFUS, Olivier (1997), *La Mondialisation*. Paris, Presses de Sciences-Po.
- DUFOUR, Pascale (2005), “Globalisation as a New Political Space: The End of the Quebec-Quebec Debate?”, in D. Salée, L. Harvey e M. Murphy (eds.). *The State of the Federation. Quebec and Canada in the New Century: New Dynamics, New Opportunities*. Montreal, McGill-Queen’s University Press.
- DUPAS Gilberto (2001), *Ética e Poder na Sociedade da Informação*. São Paulo, UNESP.
- ELIAS, Norbert (1991), *La Société des Individus*. Paris, Fayard.

- FIORI, José Luís (org.) (2005), *O Poder Americano*. Petrópolis, Editora Vozes.
- FISHER, William e PONNIAH, Thomas (2003). *Un Autre Monde est Possible*. Paris, Parangon.
- FLYVBJERG, Bent (2001), *Making Social Science Matter, Why Social Inquiry Fails and How It Can Succeed Again*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GOSOVIC, Branislav (2000), “L’Hégémonie Intellectuelle Mondiale et le Développement”. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 166, pp. 507-518.
- FOUGIER, Eddy (2002). “Le Mouvement de Contestation de la Mondialisation”. *Annuaire Français des Relations Internationales*, vol. 3.
- GRANOVETTER, Mark (1973). “The Strength of Weak Ties”. *American Journal of Sociology*, vol. 78, nº 6, maio, pp. 1360-1380.
- HAESBAERT, Rogério (2006). *O Mito da Desterritorialização – do Fim dos Territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph (1972). *Transnational Relations and World Politics*. Boston, Harvard University Press.
- HOLLOWAY, John (2003). *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*. São Paulo, Viramundo.
- KERAGHEL, Chloé and SEN, Jai (2004). “Explorations in Open Space, The World Social Forum and Cultures of Politics”. *International Social Science Journal* 182, pp. 483-493.
- KHAGRAM, Sanjeev; RIKER James; SIKKINK Kathryn (2002). “From Santiago to Seattle: Transnational Advocacy Groups Restructuring World Politics”. In S. Khagram, J. Riker and K. Sikkink (eds.), *Restructuring World Politics, Transnational Social Movements, Networks, and Norms*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- KINGSNORTH, Paul (2006). *Um Não, Muitos Sins – Uma viagem Aos centros da Antiglobalização*. Rio de Janeiro, Editora Record.
- LE BOT, Yvon (2003), “Le Zapatisme, Première Insurrection contre la Mondialisation Néolibérale. In Michel Wieviorka (ed.)”, *Un Autre Monde... Contestations, Dérives et Surprises de l’Antimondialisation*. Paris, Balland.
- LINKLATER, Andrew (1996). “The Achievements of Critical Theory”. In: Steve Smith, Ken Booth e Marysia Zalewski (orgs.), *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 279-300.
- MACLEAN, John (1999), “Towards a Political Economy of Agency in Contemporary International Relations”, in M. Shaw, *Politics and Globalisation: Knowledge, Ethics and Agency*, London, Routledge.
- MILANI, Carlos R. S. e KERAGHEL, Chloé (2007), “The International Agenda for Sustainable Development: International Contestatory Movements” in Sophie Thoyer; Benoit Martimort (orgs.), *Participation for Sustainability in Trade*. Londres, Ashgate Publishers, pp. 93-109.

- MILANI, Carlos R. S. e LANIADO, Ruthy Nadia, (2006). *Transnational Social Movements and the Globalisation Agenda: a Methodological Approach Based on the Analysis of the World Social Fórum*. Centro Edelstein de Estudos Sociais e Associação Brasileira de Ciência Política.
- MOGHADAM, Valentine M. (2000). “Transnational Feminist Newworks – Collective Action in an Era of Globalization”. *International Sociology*, nº 15, vol.1, pp. 57-85.
- NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar, (2005). *Teoria das Relações Internacionais, Correntes e Debates*. Rio de Janeiro, Elsevier/Campus.
- NOVAES, Adauto (2003), “Invenção e Crise do Estado-Nação” in A. Novaes (ed.). *A Crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ORTIZ, Renato (1994). *Mundialização e Cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- OSTERWEIL, Michal (2004). “A Cultural-political Approach to Reinventing the Political”. *International Social Science Journal*, 182, pp. 495-506.
- PLEYERS, Geoffrey (2004). “The Social Forums as an Ideal Model of Convergence”. *International Social Science Journal*, nº 182, pp. 507-518.
- RISSE-KAPPEN, Thomas (org.) (1995). *Bringing Transnational Relations Back in Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- RIST, Gilbert (1996). *Le Développement, Histoire d’une Croyance Occidentale*. Paris, Presses de Sciences-Po.
- ROJO, Raúl; MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos (2004). “Expressions of Political Contestation and Mechanisms of Democratic Control”. *International Social Science Journal*, nº 182, pp. 615-628.
- ROSENAU, James (1990). *Turbulence in World Politics*. Princeton, Princeton University Press.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Monica (eds.) (1994). *Fim de Século e Globalização*. São Paulo, HUCITEC-ANPUR.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (2005). *Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. São Paulo, Cortez Editora.
- TARROW, Sidney (1998). *Power in Movement: Social Movement and Contentious Politics*. New York, Cambridge University Press.
- THERBORN, Göran (2000). “Globalisations, Dimensions, Historical Waves, Regional Effects, Normative Governance”. *International Sociology*, nº 15, vol. 2, pp. 151-179.
- VILLA, Rafael A. Duarte (1999). “Formas de Influência das ONGs na Política Internacional Contemporânea”. *Revista de Sociologia e Política*, nº 12, pp. 21-33.

- WAINWRIGHT, Hilary (2004), "The Forum as Jazz", in J. Sen *et alii* (eds.). *World Social Forum: Challenging Empires*. New Delhi, The Viveka Foundation.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2004), "The Dilemmas of Open Space: the Future of the WSF". *International Social Science Journal*, nº 182, pp. 629-637.
- WENDT, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.

Resumo

Os processos de globalização não se limitam à competição por oportunidades de mercado e por taxas elevadas de crescimento econômico, nem podem ser resumidos ao aumento exponencial dos investimentos. A globalização é, igualmente e sobretudo, uma disputa política em torno de valores coletivos e preferências individuais. Neste artigo, o autor analisa o anti/alterglobalismo e a última edição do Fórum Social Mundial em Nairóbi (2007) partindo do seguinte pressuposto: os movimentos sociais transnacionais e as redes de ativismo político são atores significativos da política mundial contemporânea, pois constituem a expressão de um novo sujeito social, mais complexo, liberto de soberania e organizado em redes transnacionais *des-reterritorializadas*.

Palavras-chave: política mundial contemporânea. contestação política, redes transnacionais, movimento anti/alterglobalização, Fórum Social Mundial.

Abstract

The anti/alterglobalist movement and the World Social Forum (Nairobi, 2007): transnational networks of political activism

Globalization processes are not limited to a competition for market opportunities and better economic growth rates; neither do they only refer to the liberalization of international trade or the deregulation of global financial markets. Globalization is here defined as a political order that displays a field of new conflicts based on economic, cultural and social relationships wherein transnational social movements reaffirm a new politics located beyond conventional institutions. In this article, the author analyses the anti/alterglobalist movement and the last edition of the World Social Forum held in Nairobi (2007) based on the following assumption: transnational social movements and networks of political activists are key players in contemporary world politics, since they are the expression of a new social subject, sovereignty-free and organized through transnational *de-reterritorialized* networks.

Keywords: contemporary world politics, political contention, transnational networks, anti/alterglobalization movements, World Social Forum.